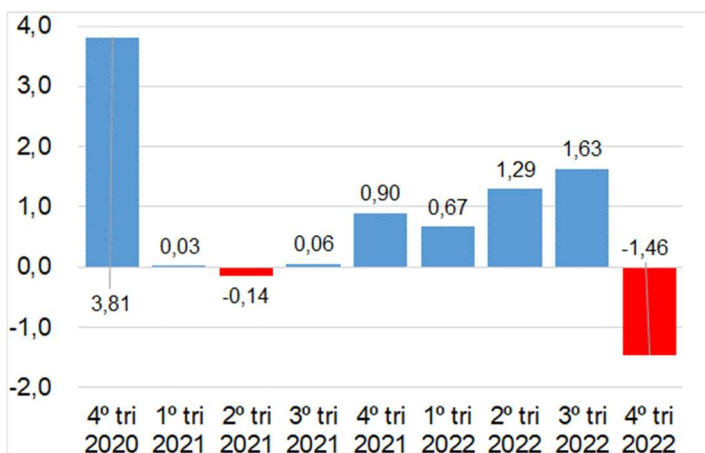


Nicola Tingas, Consultor Econômico

27 fevereiro 2023 Ano 8 (n.128)

Ciclo econômico descendente. Finanças frágeis (famílias e empresas). Expectativa PIB 2023 fraco ou recessão. Governo busca estimular atividade.

Índice Atividade IBC-BR, trimestre s/ trim. anterior, %

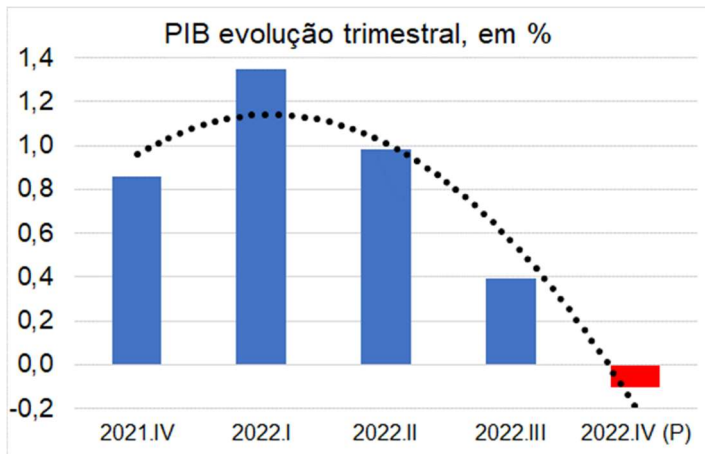


Ciclo econômico descendente

Houve forte recuperação e expansão do setor de Serviços ao longo de 2022. Contudo, o setor Indústria continua abaixo de seu desempenho histórico. O setor Varejo depois de forte expansão nos 3 meses pré-eleitorais (julho, agosto, setembro), teve queda de 0,9% em novembro e queda de 2,6% em dezembro 2022. O IBC-Br indica forte queda de atividade no 4º trimestre 2022 sobre trimestre anterior, contração 1,46% confirma desaceleração da atividade

PIB teve expansão da atividade até 3º trimestre. Para o 4º trimestre as projeções indicam ligeira contração ou nível estacionário (próximo de zero. Para ao ano de 2023, as expectativas de mercado (FOCUS) são de PIB fraco em 2023, crescimento de 0,84%.

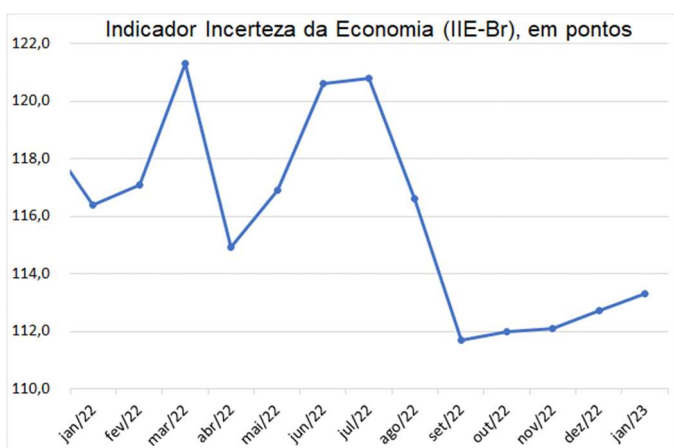
Evolução PIB trimestral 2022, % (4º trimestre projetado)



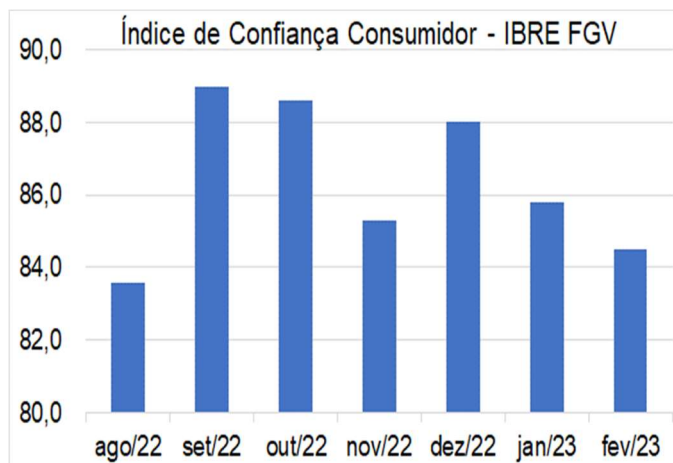
As razões para reversão do ciclo econômico anterior (de expansão), são amplamente conhecidas:

- Fim dos impulsos de emprego, renda e consumo da fase eleitoral: expansão fiscal, antecipação de renda, benefícios e isenções, gastos políticos eleitorais, etc.
- Política monetária contracionista, apesar dos estímulos eleitorais expansionistas que limitaram seu efeito. Agora estímulos terminaram. A alta da taxa de juros tem tido efeito maior, passados os 6 a 9 meses após alta de taxa de juros ter sido completada.
- Inflação elevada e resiliente na queda.
- Governo Lula ainda sinaliza política econômica incerta, gerando aversão ao risco.

Indicador Incerteza Economia (Empresarial), FGV

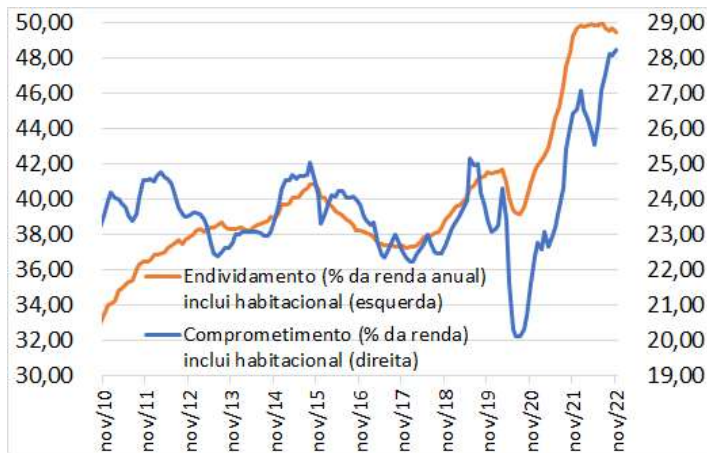


Índice de Confiança Consumidor, fev. 2023, FGV



Finanças frágeis (Famílias).

Endividamento relação renda anual, comprometimento renda com serviço dívida (SFN inclui habitacional)



O nível de “Endividamento” e “Comprometimento da Renda” das Famílias cresceu muito após recuperação da Pandemia e em particular no ano eleitoral de 2022:

Endividamento (% renda anual)

SFN inclui habitacional

40 % em 2015 (governo Dilma 2)

41 % em 2019 (governo Temer)

50 % em 2022 (governo Bolsonaro)

SFN exceto habitacional

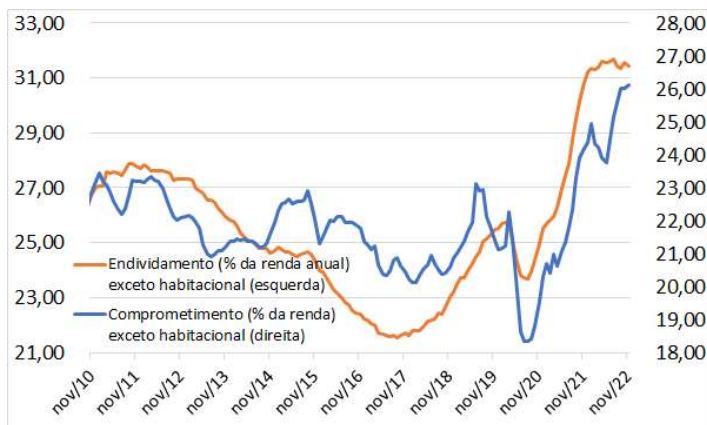
27 % em 2015 (governo Dilma 1)

25 % em 2019 (governo Temer)

31 % em 2022 (governo Bolsonaro)

Comprometimento (% renda anual)

Endividamento relação renda anual, comprometimento renda com serviço dívida (SFN exclui habitacional)



SFN inclui habitacional

25 % em 2015 (governo Dilma 2)

25 % em 2019 (governo Temer)

28 % em 2022 (governo Bolsonaro)

SFN exceto habitacional

23 % em 2015 (governo Dilma 2)

23 % em 2019 (governo Temer)

26 % em 2022 (governo Bolsonaro)

Cabe ressaltar que as estatísticas acima (fonte: Banco Central), são relativas somente aquelas dívidas de origem em transações financeiras e contratos de instituições financeiras autorizadas junto ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Como as Famílias se endividaram...

Modalidades de crédito de curto prazo ganharam relevância principalmente pós pandemia...

Tipo de Dívida	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cartão de crédito	75,2%	75,3%	76,1%	77,1%	76,7%	76,9%	78,7%	78,0%	82,6%	86,6%
Carnês	18,7%	17,0%	16,9%	15,4%	15,7%	15,4%	15,3%	16,8%	18,1%	19,0%
Financiamento de carro	12,2%	13,8%	13,7%	11,2%	10,2%	10,5%	9,9%	10,7%	11,6%	10,4%
Financiamento de casa	6,1%	7,8%	8,3%	7,9%	8,2%	8,7%	8,7%	9,5%	9,1%	8,1%
Crédito pessoal	10,5%	9,5%	9,0%	10,3%	10,3%	9,4%	8,2%	8,5%	9,0%	9,0%
Crédito consignado	5,2%	4,7%	4,6%	5,4%	5,6%	5,6%	5,5%	6,6%	6,5%	5,5%
Cheque especial	6,2%	5,6%	6,2%	7,2%	6,7%	5,8%	5,9%	5,9%	5,6%	5,4%
Outras dívidas	2,5%	2,3%	2,2%	2,4%	2,6%	3,0%	2,4%	2,2%	2,3%	2,2%
Cheque pré-datado	2,2%	1,8%	1,7%	1,7%	1,4%	1,1%	1,9%	0,9%	1,0%	0,6%

Fonte:

Pesquisa Nacional Endividamento e Inadimplência dos Consumidores (PEIC) dezembro 2022 (CNC)

As famílias também têm dívidas vencidas de contas de consumo habitual (Energia elétrica, Água, Consumo tarifa de uso de celular, aluguel, etc.).

Os “Bureaus de Crédito” divulgam habitualmente esses dados para a imprensa. Do total de contas a pagar, as contas de consumo são entre 70 a 80% do total a pagar. As dívidas financeiras representam 20 a 30% do total a pagar.

O Programa DESENROLA que está para ser anunciado pelo governo, objetiva o refinanciamento de dívidas de Famílias de baixa renda. Contudo, a capacidade de lastro e viabilidade de amplo alcance do programa ainda é desconhecido.

De qualquer forma, é uma solução e/ou alívio do fluxo de caixa ou orçamento familiar de curto e no máximo médio prazo.

A melhora efetiva das finanças das Famílias passa por temas conjunturais e principalmente temas estruturais: inflação, emprego, renda, crescimento econômico, educação de qualidade, capacitação e orientação profissional, oportunidades, inclusão, educação financeira, etc.

Finanças frágeis (Empresas).

No prazo curto de 2 anos: a Pandemia (Covid 19) desorganizou as cadeias de oferta e demanda global; a invasão territorial da Ucrânia pela Rússia gerou uma guerra que perdura com amplos efeitos na oferta global de alimentos, energia, insumos tecnológicos etc. Efeitos que vem sendo gradualmente mitigados.

Com a ampla transmissão dos efeitos da “Guerra na Ucrânia” houveram fortes pressões inflacionárias, que direcionaram os bancos centrais a adotar políticas monetárias muito restritivas. Principalmente se comparadas com políticas monetárias expansionistas, que permearam a década de 2009 a 2019 como “reação de preservação” das finanças globais abaladas pela “crise do subprime” (2008).

O Banco Central acelerou a alta da taxa básica de juros até patamar de 13,75% ao ano. Mas, devido à forte expansão fiscal do ano eleitoral (2022) e queda gradual e insuficiente do patamar de inflação, não conseguiu obter as condições técnicas de iniciar um ciclo de redução da taxa básica de juros.

No contexto empresarial brasileiro, as grandes empresas (que tinham substanciais limites de crédito abertos) contrataram enormes volumes de crédito para enfrentar a enorme incerteza do início da Pandemia. Posteriormente, com a queda da taxa de juros esses créditos foram sendo refinanciados e/ou trocados por nova fonte de passivo financeiro, em emissões de ações, debentures ou dívida corporativa.

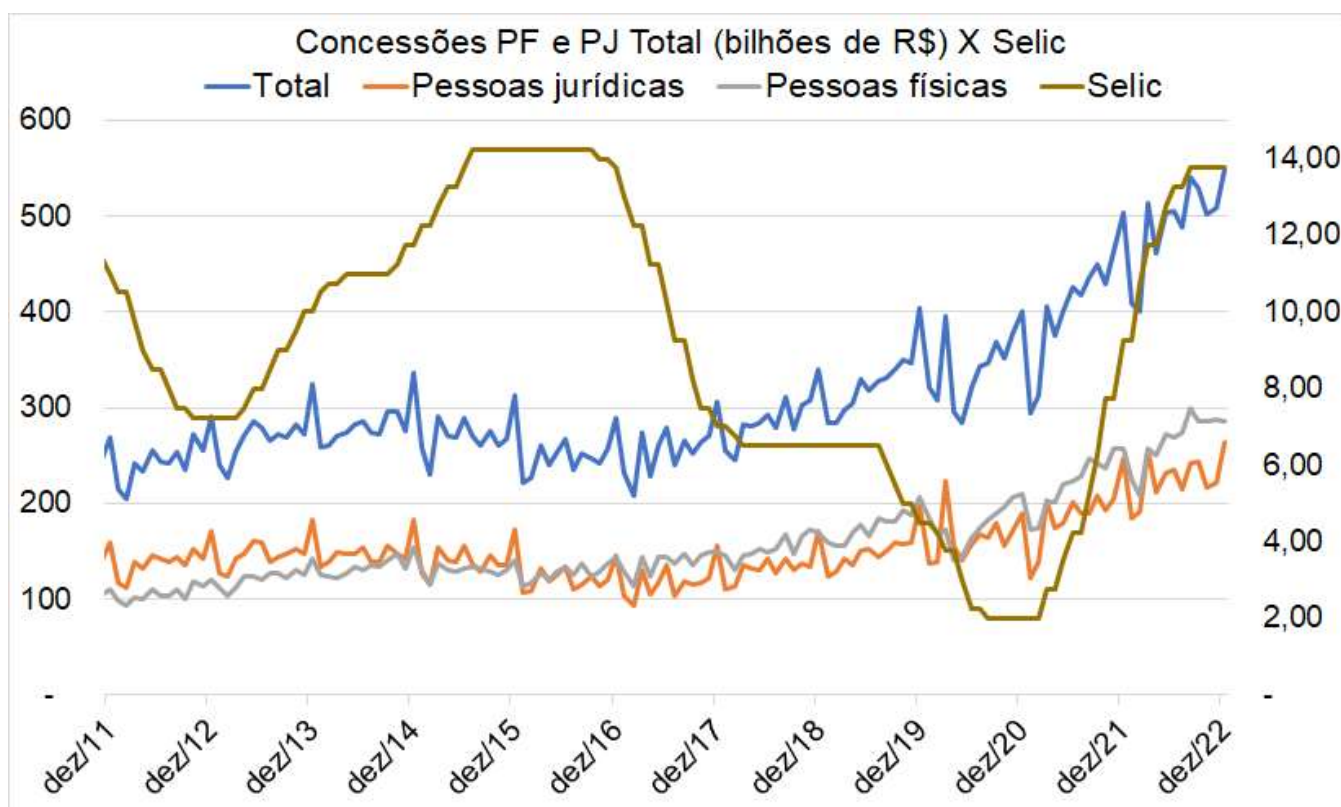
Micro, pequenas e médias empresas, com menor capacidade de obter crédito ou fontes alternativas para fundear o hiato negativo (“gap”) de seu fluxo de caixa, tiveram grande dificuldade em manter sua operação, fecharam, fizeram parcerias, reduziram custos e foram financiadas pelo Pronampe, desconto antecipado o fluxo de receitas de vendas e via endividamento de seus proprietários/controladores para prover capital de giro para seus negócios.

As taxas de juros elevadas, inflação resiliente e agora crescente desaceleração da atividade econômica, estão deixando evidente que passivo financeiro das empresas está alavancado. Em crescente número de casos, o passivo é muito maior do que a capacidade de geração de caixa para pagar o serviço da dívida.

Com a crescente inadimplência, as fontes de financiamento estão restritivas, com maior seletividade na concessão de crédito. O evento “Americanas” foi um gatilho adicional na busca por autopreservação das empresas, e da presente maior seletividade na concessão de crédito.

Se não houver mudança qualitativa nas condições econômicas e financeiras da economia, há risco da desaceleração cíclica se tornar uma recessão. Um cenário ainda improvável; mas, um risco de trajetória ruim.

O governo indica que está preparando medidas e ações para mitigar e/ou reverter esse contexto indesejado.



Nota para a imprensa - 27/02/2023

2 - Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

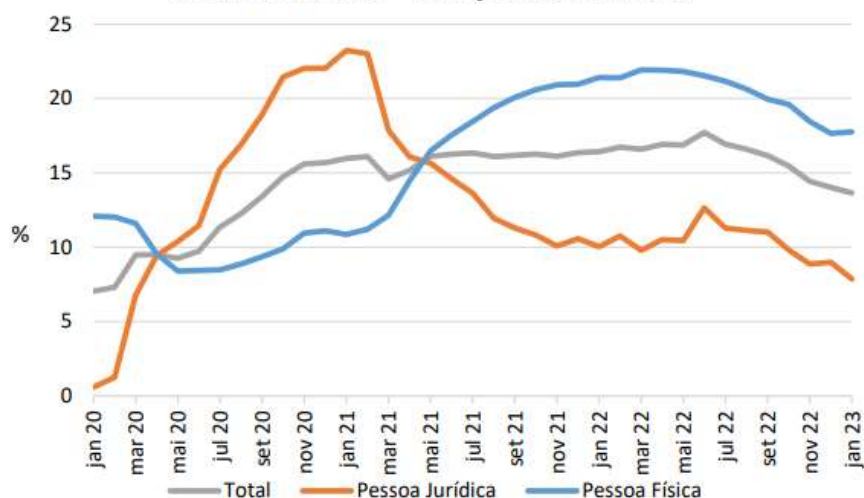
O saldo do crédito do SFN alcançou R\$5,3 trilhões em janeiro, redução de 0,3% no mês. O volume de crédito para as empresas diminuiu 2,4% ao totalizar R\$2,1 trilhões, enquanto para as famílias houve crescimento de 1,1%, atingindo R\$3,2 trilhões. Na comparação interanual, o crédito total cresceu 13,6% em janeiro, ante 14,0% no mês anterior. Na mesma base de comparação, o saldo com as empresas desacelerou para 7,9%, ante 9,0% no mês anterior. Em sentido contrário, o volume de crédito às famílias cresceu 17,8% nos doze meses até janeiro, comparativamente a 17,7% em dezembro do ano anterior.

O volume das operações de crédito com recursos livres para pessoas jurídicas somou R\$1,4 trilhão em janeiro, decréscimo de 3,5% no mês e expansão de 8,1% em doze meses, desacelerando em relação a dezembro do ano anterior, 10,1%. Esse resultado decorreu, principalmente, da diminuição sazonal das carteiras de desconto de duplicatas, 15,7%, e de antecipação de faturas de cartão de crédito, 10,2%.

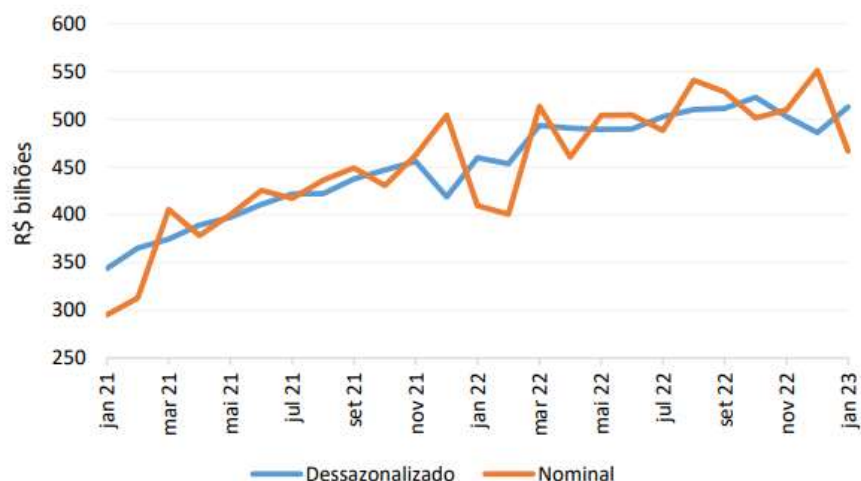
O saldo do crédito com recursos livres às pessoas físicas totalizou R\$1,8 trilhão em janeiro, mantendo a trajetória de elevação observada em meses anteriores, com incrementos de 1,1% no mês e de 17,6% em relação a janeiro do ano anterior. Esse desempenho mostrou-se bastante disseminado entre as modalidades de crédito livre às pessoas físicas, com destaque para o crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, 2,5%; crédito consignado para trabalhadores do setor público, 1,0%; cartão de crédito rotativo, 4,0%; crédito pessoal não consignado, 1,1%; e cheque especial, 9,0%.

As concessões nominais de crédito somaram R\$466,7 bilhões em janeiro. Nas séries com ajuste sazonal, o fluxo de contratações cresceu 5,5% no mês, com elevações de 1,2% para pessoas jurídicas e de 7,3% nas com pessoas físicas. No desempenho interanual, as concessões nominais variaram 20,8% em janeiro, com incrementos de 18,8% nas contratações com empresas e 22,3% com as famílias.

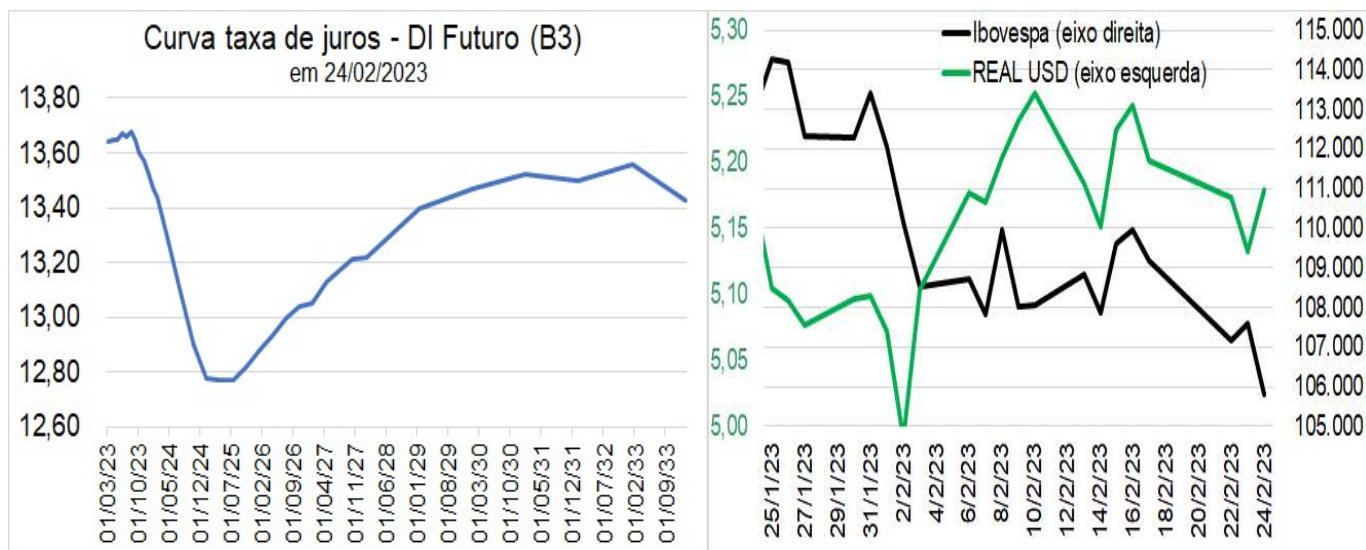
Saldos de crédito - Variação em 12 meses



Concessões de crédito



Mercados financeiros precificam risco, diante do cenário adverso e incerteza sobre a velocidade e capacidade que o Governo terá em estabelecer/implementar a “Agenda Positiva”



Pesquisa FOCUS (BACEN) - Expectativas de Mercado						
Mediana - Agregado	Anos	27-jan	3-fev	10-fev	17-fev	24-fev
IPCA , % acumulado no ano	2023	5,74	5,78	5,79	5,89	5,90
	2024	3,90	3,93	4,00	4,02	4,02
	2025	3,50	3,50	3,60	3,78	3,80
PIB , % de crescimento no ano	2023	0,80	0,79	0,76	0,80	0,84
	2024	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50
	2025	1,89	1,89	1,85	1,80	1,80
Taxa câmbio - fim ano (R\$/US\$)	2023	5,25	5,25	5,25	5,25	5,25
	2024	5,30	5,30	5,30	5,29	5,30
	2025	5,30	5,30	5,30	5,30	5,30
Taxa Selic, fim ano (% a.a.)	2023	12,50	12,50	12,75	12,75	12,75
	2024	9,50	9,75	10,00	10,00	10,00
	2025	8,50	9,00	9,00	9,00	9,00

Fonte: BACEN - FOCUS

Informação Importante – O conteúdo acima não está vinculado a quaisquer operações de compra, venda, oferta e/ou participação em negócio financeiro. Seu objetivo único é fornecer informações macroeconômicas que foram extraídas de fontes públicas consideradas confiáveis e complementadas pelo autor indicado acima que é responsável, por refletir de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, que foram produzidas de forma independente e autônoma. A ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações e projeções próprias inseridas, bem como não tem obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e de informar o leitor.